

Sumário

Número de notícias: 20 | Número de veículos: 14

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Deputados desconhecem "MP da subvenção" 3

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita busca bilhões de reais devidos com a "tese do século" 5

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Audidores fiscais estão em greve 7

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - POLÍCIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita Federal usa realidade virtual em treino 8

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
SERVIDOR PÚBLICO

Geap busca estratégia de gestão na saúde suplementar - CAPITAL S/A 10

VALOR ECONÔMICO - SP - CONTEÚDO PATROCINADO POR SENAR SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária deve impactar preços dos alimentos 12

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relator na Câmara rejeita fatiar tributária 13

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Otimismo de executivos de finanças cresce no 3º tri 15

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Artigo: Transformar nosso potencial em PIB Potencial 16

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária deve acabar com distorções, como o passeio de mercadorias pelo país;
entenda 18

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Projeto que aumenta tributação da alta renda deve ser analisado por Comissão Senado nesta
terça sem alterações 21

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Vitória de Milei será desafio para Mercosul 22

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

"Mercosul vai ficar mais fragmentado e ruma à paralisia, diz economista 23

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Acordos estratégicos devem superar viés ideológico	25
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
Relatório recebe 2.272 emendas	26
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - MUNDO ECONOMIA	
Milei confirma o fim do BC e privatizações	27
O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES ECONOMIA	
"El Loco" no poder (Editorial)	29
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Crescimento do país em 2023 fica bem acima das previsões	30
VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL E AGORA, BRASIL? ECONOMIA	
Adesão ao Pix supera expectativas e impulsiona a digitalização	31
VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL E AGORA, BRASIL? ECONOMIA	
Desinflação global permanece como desafio no pós-pandemia	33

Deputados desconhecem "MP da subvenção"

ADRIANA FERNANDES, IANDER PORCELLA e ANNA CAROLINA PAPP

Quase metade dos deputados federais desconhece a medida provisória (MP) da chamada subvenção do ICMS, que muda a tributação de grandes empresas com benefícios fiscais concedidos pelos Estados. Essa, porém, é a principal aposta do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para aumentar a arrecadação em 2024 e continuar perseguindo a meta de déficit zero nas contas públicas no ano que vem.

De acordo com pesquisa realizada pela Vector Relações Governamentais para a Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), 42% dos deputados entrevistados desconhecem a medida, que limita a possibilidade de as empresas abaterem benefícios fiscais estaduais dos **tributos** cobrados pelo governo federal.

Ainda segundo o levantamento, mais de dois terços (68%) dos parlamentares ouvidos disseram acreditar que a proposta pode inviabilizar investimentos, e 65,4% avaliam que ela pode trazer problemas de segurança jurídica.

Para 58,1%, aprovar a medida seria mudar a regra do jogo com ele em andamento.

O resultado da pesquisa apontou as dificuldades para aprovação da MP, que a poucas semanas do fim do ano nem sequer tem relator indicado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). O deputado Mauro Benevides (PDT-CE) já recebeu apoio dos líderes dos partidos, mas Lira não fez até agora a indicação oficial.

A falta de familiaridade dos parlamentares com o texto se soma à pressão de grandes empresas, que não querem perder benefícios, e ao calendário apertado de votações até o fim do ano - a Câmara ainda precisa votar as mudanças feitas pelo Senado na **reforma tributária**, projetos da "agenda verde" abraçados por Lira e o Orçamento.

"O levantamento mostra que o governo não investiu na comunicação da proposta.

É importante, fundamental para ele, mas isso não se refletiu em uma estratégia de comunicação, de mobilização", disse o diretor da Vector Relações Governamentais e coordenador da pesquisa, Leonardo Barreto.

PRIMEIRO PASSO. Há duas semanas, Haddad se reuniu com Lira e líderes partidários para explicar a MP. De acordo com parlamentares que participaram do encontro, a conversa foi o "primeiro passo" para a proposta avançar, mas ainda há dúvidas sobre pontos do texto.

Apesar de ter aberto sua residência oficial para que Haddad explicasse a medida aos líderes, Lira ainda não definiu nem mesmo se a tramitação será por MP ou por projeto de lei. O presidente da Câmara tem dito que primeiro é preciso chegar a um consenso sobre o mérito do texto.

O formato, porém, importa muito ao Ministério da Fazenda.

Se a proposta for aprovada via MP, a iniciativa passa a valer já em janeiro, podendo render R\$ 35,9 bilhões aos cofres federais em 2024. Já o projeto de lei renderia uma cifra menor ao governo: R\$ 26,9 bilhões.

Isso porque, com esse instrumento, a medida só passaria a valer a partir de abril.

RECURSOS. A **Receita Federal** calcula que os benefícios concedidos pelos Estados reduziram a base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), que é um tributo federal, em R\$ 150 bilhões em 2022 - e que essa cifra chegará a R\$ 200 bilhões neste ano.

"Na FPE, ninguém é contra taxaço de custeio. A gente acha que não se deve pegar dinheiro de incentivo fiscal para custeio", afirma o presidente da FPE, Joaquim Passarinho (PL-PA). Ele avalia, porém, que as definições de investimento e de custeio precisariam estar mais claras e bem definidas no texto.

Passarinho também defende que é preciso definir na proposta que não haverá retroatividade, ou seja, que a **Receita Federal** não cobrará **impostos** federais sobre incentivos fiscais do ICMS já concedidos às empresas, para evitar insegurança jurídica.

"O levantamento mostra que o governo não investiu na comunicação da proposta"

"É importante, fundamental para ele, mas isso não se refletiu em uma estratégia de comunicação" Leonardo Barreto Diretor de Relações Governamentais da Vector

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Receita busca bilhões de reais devidos com a "tese do século"

Beatriz Olivon e Jéssica Sant'Ana De Brasília

A **Receita Federal** estima que quatro grandes empresas devem pelo menos R\$ 1,7 bilhão de Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL por causa da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins. O valor foi levantado por meio de um projeto-piloto realizado pela 8ª Região Fiscal (SP) para detectar in-conformidades nas informações prestadas pelos contribuintes.

Apesar de as empresas terem vencido em 2017, no Supremo Tribunal Federal (STF), a chamada "tese do século, a Receita entende que os créditos de PIS e Cofins obtidos com a retirada do imposto estadual devem ser considerados como renda ou receita, que deve ser tributada.

"Muitas empresas não estão tributando", afirma Cláudio Ferrer de Souza, superintendente adjunto e substituto da **Receita Federal** na 8ª Região Fiscal, acrescentando que as empresas parecem ter "esquecido" que, antes da decisão do STF, deduziram o PIS e Cofins cheios da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. Nesse estudo realizado para detectar inconformidades, a seleção dos contribuintes foi aleatória. Agora, com a aplicação da metodologia, segundo Márcia Cecília Meng, superintendente titular da 8ª Região Fiscal, a Receita terá condições de estimar quantos contribuintes adotaram a mesma prática e quanto pode ser arrecadado.

O impacto do julgamento do STF era estimado em R\$ 250 bilhões nos "Riscos Fiscais" da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Esse valor, porém, pode cair a depender da tributação dos créditos, de acordo com a superintendente titular. Há, ainda, o risco de judicialização.

Em nota ao Valor, a Receita diz só que "débitos decorrentes de fiscalização ainda não constituídos" não entraram nas projeções do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2024, encaminhado ao Congresso. Com isso, caso a fiscalização surta o efeito desejado, pode ajudar a aumentar a arrecadação federal, principalmente num ano em que a equipe econômica busca receitas extras para reduzir o déficit fiscal.

A partir das verificações, as empresas serão

informadas por meio do Confia, o programa de Conformidade Cooperativa Fiscal, do sistema de comunicação com grandes empresas ou ainda por carta. As quatro grandes em São Paulo ainda serão procuradas neste ano.

Desde o julgamento do STF, empresas vêm pedindo créditos das contribuições sociais. Essa prática se fortaleceu a partir de 2021, quando os ministros esclareceram, por meio de recurso, alguns pontos da decisão.

"Faz muito sentido a Receita pensar em ir atrás porque tem tanta variável [na tributação]", diz Carlos Eduardo Orsolon, sócio do Demarest. Entre as variáveis está o regime de tributação, se a empresa fez a dedução e quando tributo. O advogado explica que, em 2017, o escritório já avisou os clientes que seria necessário observar dois pontos a partir da vitória. O primeiro era que a Receita iria tributar o valor posterior de ingresso e o segundo era o momento dessa tributação.

Por causa do recurso pendente no STF, que veio a ser julgado em 2021, a orientação era evitar a antecipação da tributação. Já havia previsão, no Ato Declaratório Interpretativo nº 25, de 2003, de que na repetição de indébito tributário (devolução em caso de recolhimento a maior) haveria tributação. O ato prevê, inclusive, que juros incidentes sobre os valores recuperados são receitas novas, sobre as quais incidem IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

Orsolon explica que a tributação se aplica especialmente a empresas no regime do lucro real e que deduziram os valores de PIS e Cofins pagos no passado como despesa, reduzindo as bases de IRPJ e CSLL. "Para neutralizar essa dedução, a Receita cobra IRPJ e CSLL", afirma.

Quanto aos juros, o advogado afirma que, em 2021, o STF decidiu que não incidem IR e CSLL sobre a Selic na devolução de **tributos** pagos indevidamente - o que pode ter levado contribuintes, a partir de então, a considerarem que a Corte terá o mesmo entendimento quanto à incidência de PIS e Cofins.

A decisão sobre a tributação da Selic vale a partir da publicação da ata de julgamento do mérito, em 30 de setembro de 2021. A União não pode cobrar IRPJ ou CSLL nos casos em que os fatos são anteriores a

essa data e não houve pagamento dos **tributos** ou de ações ajuizadas antes da data do início do julgamento do mérito (em 17 de setembro).

Em dezembro de 2021, a Solução de Consulta nº 183 reafirmou a tributação de indébito tributário, inclusive dos juros, e determinou que nos casos de compensação o pagamento ocorre na entrega da primeira declaração - em que é declarado o valor integral a ser compensado.

"Temos clientes que até hoje ainda não conseguiram consumir todos os créditos. E tiveram que pagar 100% da tributação no momento da primeira declaração de compensação, ainda que tenham usado apenas parte dos créditos", afirma Orsolon, acrescentando que alguns contribuintes optaram por ajuizar ações para não realizar toda a tributação de uma só vez.

Para o tributarista Luiz Gustavo Bichara, esse assunto é como um "fantasma". "Algo que, quando se imagina morto, ressuscita sob uma nova forma para assombrar o contribuinte", diz. Para ele, haverá evidentemente questionamentos. "Esses créditos jamais se enquadrariam no conceito de renda ou receita."

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187718>

Audidores fiscais estão em greve

Os auditores fiscais da **Receita Federal** iniciaram paralisação das atividades por tempo indeterminado ontem. "Estamos com alta adesão no Estado e no país. A greve seguirá ocorrendo até que o acordo firmado com os auditores fiscais em 2016 seja integralmente cumprido. Não recuaremos", declarou o auditor fiscal da Divisão de Repressão da **Receita Federal** e do Comando Regional de Mobilização da 10ª Região-RS, Diogo Loureiro.

A mobilização é feita para reivindicar o cumprimento do acordo salarial firmado em 2016, que prevê, segundo a categoria, pagamento de bônus de eficiência.

Na pauta de reivindicações está a "retirada de entraves" para o pagamento e o cumprimento integral do Plano de Aplicação do Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (Fundaf) para 2024, aprovado pela Portaria MF 727/2023.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/index.jsp?serviceCode=login&edicao=10903>

Receita Federal usa realidade virtual em treino

A **Receita Federal** vai realizar hoje e quinta-feira na sede da superintendência da instituição, em Porto Alegre, o 1º treinamento aduaneiro usando a realidade virtual. A tecnologia, desenvolvida pelos servidores da **Receita Federal**, transporta para um ambiente virtual os cenários e desafios das atividades aduaneiras, com o objetivo de treinar e aperfeiçoar a conduta dos agentes que atuam na repressão ao contrabando e ao descaminho.

Os agentes usarão óculos que os fará entrar em um ambiente imersivo, que substitui a sala de treinamento real por imagens e sons produzidos pelo aplicativo Gerador de Treinamentos Aduaneiros. Dentro da simulação, os participantes se identificam e começam a interagir entre eles, em uma experiência coletiva (multiplayer), o que confere maiores possibilidades de ação nas situações propostas, aproximando-as ainda mais da realidade.

De acordo com a **Receita Federal**, toda a prática é gravada durante o exercício com as imagens virtuais. Isso permitirá, em um segundo momento, uma revisão tática tanto da equipe quanto individual.

Segundo a **Receita Federal**, a vantagem da utilização da tecnologia é a segurança conferida aos agentes e às pessoas abordadas. Após diversas simulações, os servidores desenvolvem e aprimoram habilidades de tiro, de abordagem de pessoas e de percepção de risco para decisão de quando efetuar um disparo, minimizando possibilidades de condutas erradas ou precipitadas.

O fato de o aplicativo ser produzido pela própria Receita permite o constante aperfeiçoamento, sendo elaboradas novas situações de abordagem.

MÓDULOS. De acordo com a **Receita Federal**, o projeto de treinamento está dividido em módulos. Nesta primeira etapa, os participantes terão treinamento de adaptação ao sistema e de inspeção veicular.

Outros módulos, conforme os técnicos da **Receita Federal**, como de inspeção de raio X e condução de agente canino devem entrar em produção em breve. Como o sistema foi todo desenvolvido no Rio Grande do Sul, o primeiro treinamento ocorrerá aqui e será conduzido pelos técnicos que desenvolveram o projeto.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/index.jsp?serviceCode=login&edicao=10903>

Geap busca estratégia de gestão na saúde suplementar - CAPITAL S/A

CAPITAL S/A

Para ajudar na perspectiva e na definição da linha estratégica de gestão até 2030, a Geap realizou encontro com todos os gestores e membros dos conselhos Fiscal e de Administração.

O evento contou também com a presença de representantes do governo federal e analistas de cenário nas áreas de economia, política, ESG e tecnologia. "As empresas já traçam cenários desafiadores para seus mercados. Vamos manter nosso compromisso com excelência, antecipando situações com foco na inovação e na melhor entrega ao beneficiário", explicou Douglas Figueredo, diretor-presidente da Geap. A entidade atende 300 mil servidores públicos no país na área de saúde suplementar.

Alinhamento de incentivos

O economista, professor e escritor, membro da Academia Brasileira de Letras (ABL) Eduardo Giannetti foi um dos participantes do encontro da Geap. Ao ressaltar o aumento da expectativa de vida do brasileiro, ele enfatizou a necessidade de repensar a lógica dos planos de saúde para garantir a sobrevivência do setor. "O fundamental na questão do custo e da qualidade do atendimento é o alinhamento dos incentivos. A operadora trabalha num triângulo: ela, as credenciadas e os beneficiários. É preciso alinhar expectativas para que sejam convergentes. Para isso, tem que ter meta, tem que ter informação e tem que ter método", apontou.

Foco na humanização do atendimento

O secretário executivo de Relações Institucionais da Presidência da República, Olavo Noletto, também compareceu ao seminário. "Planejar a atenção em saúde é pensar de forma plural e sustentável. Devemos criar pilares, com estratégia e com ações concretas de fortalecimento das instituições, para a manutenção da democracia, da diversidade e do foco no ser humano."

CNC faz apelo ao ministro do Trabalho

Documento enviado pela CNC ao ministro do Trabalho, Luiz Marinho, aponta efeitos negativos da

revogação da autorização de funcionamento do comércio em feriados e domingos. A entidade fez um levantamento sobre as consequências das mudanças feitas pelo ministério, por meio da Portaria nº 3.665/2023. Ela determina que 14 setores do comércio e dos serviços só podem operar mediante negociação com os sindicatos de trabalhadores ou aprovação de uma lei municipal.

"Situação surreal"

"Os prejuízos comerciais são flagrantes, pois na hipótese de um município cuja base de sua economia advenha do turismo, vivenciaríamos a surreal situação de o comércio, naquela localidade porventura sem uma CCT (Convenção Coletiva de Trabalho), permanecer fechado, justamente no momento de maior fluxo de pessoas e consumidores", destaca o documento.

Urgência médica

Além disso, segundo a CNC, a mudança também pode ter implicações em aspectos relacionados à saúde pública, pois "privaria os consumidores de adquirir medicamentos necessários em casos de urgência médica, o que vai contra o princípio constitucional da garantia do direito à saúde".

Márcio França no Salão do Artesanato

Apresentando o talento de artesãos, cooperativas e coletivos de todas as regiões do país, o 16º Salão Nacional do Artesanato foi realizado em Brasília no fim de semana passado. O ministro do Empreendedorismo, Márcio França, com a esposa Lúcia, visitou o evento, no domingo, na área de exposição externa do Pátio Brasil Shopping.

Foi recebido pelos sócios da Rome Eventos Rômulo Mendonça e Leda Simone. A dupla foi a responsável por organizar o Salão, com apoio do Ministério do Empreendedorismo, do Ministério do Turismo, do GDF e patrocínio do Sebrae.

O ministro literalmente colocou a mão na massa, no caso, para fazer uma cerâmica.

Shows especiais no Seminário Nacional de Energia Elétrica

Não faltará boa música na 27ª edição do Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica (SNPTEE), que será realizado em Brasília, no CICB.

O musicista Hamilton de Holanda e a cantora Roberta Sá se apresentam na abertura do encontro, no dia 26. O evento é o maior fórum de debate sobre geração e distribuição energética da América Latina.

O encerramento, no dia 29, será embalado por um show da banda Capital Inicial.

Investidores e gestores

A previsão é que o seminário reúna 2,5 mil pessoas entre investidores, gestores, profissionais e estudantes do segmento.

Paralelamente, também será realizada a ExpoSNPTEE, tradicional feira que apresenta as novidades do setor e os principais players do mercado de energia.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/11/21/all.pdf>

Reforma tributária deve impactar preços dos alimentos

A **Reforma tributária** entrou em fase decisiva com a volta do texto à Câmara, depois das modificações no Senado. Nessa reta final, é importante assegurar que as novas regras preservem setores essenciais, como a agropecuária. E, sobretudo, não representem peso ainda maior para os consumidores, com aumento de preço e **inflação**.

A reforma unifica cinco **tributos** (ICMS, ISS, Pis, Cofins e IPI), que passarão a ter uma alíquota-padrão de Imposto sobre Valor Agregado (IVA), e extingue uma série de benefícios fiscais.

O texto aprovado na Câmara, e mantido no Senado, reduz a futura alíquota em 60% para insumos e produtos do agro. A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) defende redução de 80%. Ainda, o texto aprovado pela Câmara previa a isenção para os produtos da cesta básica. Mas o Senado alterou essa previsão e a preocupação é que os produtos de consumo básico tenham tributação, mesmo que reduzida, e isso deve se refletir em alimentos mais caros.

- Houve avanços na Câmara, mantidos pelo Senado, quando a gente compara com a reforma lá no início. Foram suficientes do ponto de vista político. Do ponto de vista técnico, temos a demanda de que o desconto da alíquota reduzida fosse de 80%. Estudos da CNA, da Fundação Getúlio Vargas e até dos autores da PEC mostram que a reforma vai trazer **inflação**. Com essa preocupação, a gente vai continuar subsidiando os parlamentares para que eles tomem decisões embasadas em estudos - afirma Renato Conchon, coordenador do Núcleo Econômico da CNA.

SUBSÍDIO É PRECISO

Estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) aponta que o agronegócio responde por 23,65% da arrecadação tributária do país. Em 2022, o setor pagou R\$ 790,51 bilhões de um total de R\$ 3,34 trilhões recebidos em **impostos**.

- O agro tem benefícios econômicos e fiscais/tributários, mas é mentira dizer que não paga imposto. Se aumentar a carga do agro, vai impactar o preço do produto para o consumidor final. Mesmo com cashback para o pobre, vai ter uma **inflação** do preço - afirma Carlos Alberto Pinto, diretor de Novos Negócios

do IBPT.

Outro ponto de preocupação são os fundos estaduais, que cobram contribuição do setor produtivo, e exceções que acabam por elevar a alíquota-padrão, inicialmente estimada em 25%, mas que poderá chegar a 27,5% ou 28%. O Senado aprovou inclusive a criação de um novo fundo, de desenvolvimento de estados amazônicos.

- A gente está levando problemas do sistema tributário atual para o novo modelo - diz Conchon.

O presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado Pedro Lupion, comenta avanços e recuos:

- As salvaguardas que tivemos na Câmara para o setor agropecuário foram todas mantidas no Senado. Até avançamos. A criação de novos fundos nos gerou grande preocupação. O que dá certa tranquilidade é que o presidente Arthur Lira tem dito que só vai passar pela Câmara o que for de consenso entre deputados e senadores. Para esses novos fundos, não há consenso.

"Estudos da CNA, da FGV e até dos autores da PEC mostram que a reforma trará **inflação**."

A gente está levando problemas do sistema atual para o novo"

RENATO CONCHON, Coordenador do Núcleo Econômico da CNA

"Se aumentar a carga do agro, vai impactar o preço do produto para o consumidor final. Mesmo com cashback para o pobre, vai ter uma **inflação** do preço"

CARLOS ALBERTO PINTO, Diretor de Novos Negócios do IBPT

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231121/>

Relator na Câmara rejeita fatiar tributária

Raphael Di Cunto, Gabriela Pereira, Marcela Cunha* e Julia*

A possibilidade de fatiamento da **reforma tributária** é vista com muitas ressalvas entre os relatores da proposta no Congresso e o mais provável é que seja votada pela Câmara dos Deputados, mesmo que com a supressão de pontos em que os deputados discordarem dos senadores. Ainda não há calendário previsto, mas fala-se em aprovar a proposta de emenda constitucional (PEC) na Câmara na próxima semana ou, mais provavelmente, até a primeira quinzena de dezembro.

A interlocutores, o senador Eduardo Braga (MDB-AM) afirmou que está disposto a negociar, mas que o texto aprovado no Senado possui semelhança de apenas 20% com o da Câmara. Por isso, tem repetido que a proposta ficaria incompleta se promulgada de forma "fatiada", como sugerido pelo presidente da Câmara, o deputado Arthur Lira (PP-AL). "A não ser que queira publicar o pé sem a perna, a mão sem o braço, coração sem o cérebro. A não ser que seja isso", disse, semanas atrás.

Por se tratar de uma proposta de emenda constitucional (PEC), o texto precisa ser aprovado de forma idêntica entre Câmara e Senado para poder ser promulgado. Tornou-se prática recorrente, porém, que esse tipo de projeto seja "fatiado", com as partes consensuais indo à promulgação e as partes divergentes transformando-se em uma nova PEC que continua a tramitar.

Relator na Câmara, o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) afirmou na madrugada dessa segunda-feira que pretende aprovar o texto completo da PEC e rejeitou a possibilidade de promulgá-la apenas parcialmente. "Ela não pode ser fatiada. A gente não pode deixar nada pendente até porque isso traria aquilo que combatemos na **reforma tributária** que é a insegurança jurídica. Você imagina deixar parte do texto e "não, isso aqui vamos deixar para depois", isso gera uma insegurança terrível que é tudo o que não queremos", disse o deputado em entrevista ao programa "Canal Livre", da Band.

Aguinaldo falou ainda que espera concluir a votação em breve. "Vou trabalhar para a gente entregar promulgada a **reforma tributária** ao Brasil este ano", disse o relator. *Sob a supervisão de Raphael DiCunto

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231121/>

Otimismo de executivos de finanças cresce no 3º tri

Rita Azevedo De São Paulo

O nível de otimismo dos executivos de finanças com o futuro da economia e das empresas cresceu no terceiro trimestre, segundo pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças São Paulo (Ibef-SP) e pela Saint Paul Escola de Negócios e antecipada ao Valor.

De julho a setembro, o índice de confiança do CFO (iCFO) ficou em 127 pontos, acima dos 126 pontos do segundo trimestre. Nos três primeiros meses do ano, ficou em 123,9 pontos. O aumento, ainda que tímido, no indicador de otimismo foi influenciado por expectativas mais positivas em relação à macroeconomia, segundo José Cláudio Securato, presidente da Saint Paul.

"Há elementos que justificam essa melhora, como a expectativa de **PIB**, que foi crescendo ao longo do ano, e a geração de emprego resiliente. O país também viu neste ano o início do ciclo de queda da taxa de juros, o câmbio com baixa volatilidade e o setor externo com exportações recordes", afirma Securato.

A pesquisa mostra que a principal preocupação dos CFOs no período foi a demanda do mercado interno, seguida por competitividade e atuação da concorrência. A estrutura tributária - que, no segundo trimestre, aparecia em primeiro lugar na lista de maiores motivos para preocupação - não ocupou posição relevante no terceiro trimestre, segundo Magali Leite, presidente da diretoria executiva do Ibef-SP.

Isso não significa, porém, que os executivos estejam confortáveis com o rumo das discussões em torno da **reforma tributária**, diz Leite. "Ainda há muitas dúvidas com o fato de não sabermos ainda qual será a alíquota e o que vai acontecer com setores que hoje têm subsídio", afirma.

O Senado aprovou neste mês a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2019, que institui o novo sistema de tributação do consumo no país. O texto passará pela análise da Câmara. A próxima edição da pesquisa, segundo Leite, deve captar melhor a avaliação dos executivos sobre o texto aprovado. Da mesma forma, a pesquisa do quarto trimestre também

deve refletir os impactos da guerra iniciada após um ataque do Hamas a Israel em 7 de outubro.

O iCFO tem como objetivo mostrar a confiança dos CFOs quanto ao desempenho do país e dos negócios nos próximos 12 meses. A escala vai de 20 a 180 pontos, sendo 100 o nível que representa a neutralidade das expectativas. O índice é dividido em três componentes: confiança na macroeconomia, no setor de atuação e na empresa. O iCFOm, que mede a confiança em relação à macroeconomia, chegou a 131,9 pontos no terceiro trimestre, com uma variação positiva de 6,4 pontos percentuais em relação ao segundo trimestre. Essa mesma variação, porém, não foi observada nos índices referentes ao setor, com queda de 2,5 pontos percentuais, para 123,8 pontos, e às empresas, com recuo de 0,9 ponto percentual, para 125,3 pontos.

A pesquisa mostra ainda que a parcela dos executivos que acreditam no aumento do quadro de funcionários caiu do terceiro trimestre de 2022 para o mesmo período deste ano, de 42% para 29%. A maior parte dos CFOs, cerca de 60%, espera a manutenção do número de empregados.

"Elementos como a expectativa de **PIB** e a geração de emprego resiliente justificam melhora" José Cláudio Securato

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187718>

Artigo: Transformar nosso potencial em PIB Potencial

Carlos Rodolfo Schneider - Opinião

O Brasil precisa muito de uma **reforma tributária** para, de um lado, simplificar a caótica estrutura de **impostos** que temos, e, de outro, para, num segundo momento, reduzir a carga de **tributos**, a mais alta entre os países em desenvolvimento, via aumento de eficiência dos gastos públicos. Após anos de debates, vemos avançar no Congresso Nacional uma proposta que busca simplificar os **impostos** que incidem sobre o consumo, inspirada em modelos bem-sucedidos em outros países, cuja essência é um imposto sobre valor agregado (IVA).

Entre as muitas vantagens do IVA, podemos citar a não incidência de **tributos** ao longo das cadeias produtivas, os chamados **impostos** em cascata, que hoje oneram especialmente a indústria, que normalmente tem ciclos longos. Também a desoneração dos investimentos e das exportações, a redução do contencioso tributário, e a maior transparência na cobrança de **impostos** recomendam essa alternativa. E na medida em que a tributação passe a ser o destino, estimula-se a alocação de recursos por critérios econômicos, e não mais pela busca de benefícios tributários.

O IVA permite ainda uma justa distribuição da carga tributária entre os diversos setores da economia. Segundo a Confederação Nacional da Indústria, o sistema atual penaliza sobremaneira a indústria, que representa 21% do **PIB**, mas paga 32% dos **tributos** federais e 42% dos **tributos** estaduais e municipais.

De acordo com o IBGE, a indústria de transformação, que representa 12,9% do **PIB**, responde por 29,5% da arrecadação, um dos principais motivos da sua perda de competitividade e do processo de desindustrialização pelo qual passa o país. O que a indústria precisa é de isonomia tributária, e não de vantagens, privilégios ou regimes especiais que, normalmente, só beneficiam poucos setores ou empresas.

É importante lembrar que o Brasil tem muito a ganhar com o movimento que está acontecendo de reconfiguração das cadeias de suprimentos, em função das crises e dos conflitos globais recentes, desde que se melhore o ambiente de negócios para a indústria no país. O que passa necessariamente por

uma **reforma tributária** bem-feita, que evite aumento de **impostos** e surpresas na regulamentação. Mas como bem disse o ex-ministro Mailson da Nóbrega, somos o país da meia entrada e dos direitos adquiridos. Tão logo se iniciou a discussão da proposta de reforma (PEC 45), começaram as pressões por manter ou buscar privilégios, boa parte deles contemplados no texto aprovado na Câmara de Deputados. E outros buscaram o seu espaço no Senado. Segundo Manoel Pires do FGV Ibre, o lobby permitiu alíquotas com desconto de 60% e até 100% que não se justificam do ponto de vista da teoria econômica e da experiência de outros países.

O ex-presidente do Banco Central Gustavo Loyola alerta que a PEC aprovada na Câmara dos Deputados e no Senado se afasta bastante do ideal de uma alíquota uniforme, para beneficiar determinados segmentos econômicos. Com isso, para manter o nível de arrecadação sobre o consumo, premissa da proposta, a maioria das empresas pagará mais por causa das vantagens conseguidas por poucos. Cálculos indicam que os benefícios concedidos na Câmara devem fazer com que tenhamos a alíquota padrão do IVA mais alta do mundo, muito acima daquela necessária ao resgate da competitividade dos agentes econômicos nacionais, considerando ainda o peso dos demais componentes do Custo Brasil, como deficiências da infraestrutura, custo da burocracia do poder público, baixa qualidade dos serviços prestados pelo Estado, falta de mão de obra qualificada e a penalização dos **impostos** não contemplados por essa reforma.

Enquanto não fizermos os ajustes e as reformas que, de fato, aumentem o **PIB** potencial, vamos crescer muito menos do que as riquezas do país permitiriam. Vamos continuar com altos e baixos, repetindo a história dos últimos anos, de voos de galinha. O estímulo ao consumo sem criar condições para aumentar os investimentos certamente não resolve a questão. Não deveríamos continuar perdendo oportunidades para superar a armadilha da renda média, para caminharmos na direção do grupo de países desenvolvidos. É sabermos transformar o potencial que temos em **PIB** potencial, que é a capacidade de o país crescer de forma consistente.

* Carlos Rodolfo Schneider é empresário

Dê a sua opinião! O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores pelo e-mail sredat.df@dabr.com.br

Site:

<https://www.correio braziliense.com.br/opinia o/2023/11/6658281-artigo-transformar-nosso-potencial-em-pib-potencial.html>

Reforma tributária deve acabar com distorções, como o passeio de mercadorias pelo país; entenda

Por **Alexandro Martello**, g1 - Brasília

A **reforma tributária** aprovada no Senado deve acabar com algumas distorções do atual sistema de cobrança de **impostos**.

Entre as distorções que devem ser eliminadas estão, por exemplo, o passeio desnecessário de mercadorias pelo país

A reforma ainda não virou lei. Como o texto aprovado no Senado teve diferenças com relação ao que passou na Câmara, agora os deputados precisam voltar a analisar a proposta.

Esta etapa da reforma busca simplificar a cobrança dos **impostos** sobre o consumo.

Um dos pontos é a substituição de 5 **impostos** por um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que vai ser dual: ou seja, um IVA federal e um IVA estadual.

A expectativa do governo e de analistas econômicos é que a reforma torne mais eficiente o sistema tributário do Brasil, hoje considerado caótico e causador de desperdícios financeiros.

A **reforma tributária**, aprovada na semana passada no Senado, deverá acabar com algumas distorções curiosas do atual sistema de cobranças de **impostos** do país. Essa é a avaliação de analistas e da equipe do governo que cuida da reforma.

Entre as distorções que devem ser eliminadas estão:

Passeio desnecessário de mercadorias pelo país
Dúvidas sobre quais produtos geram créditos para empresas
Pagamento de **impostos** já incluídos na base de cálculo de outros tributos
Diferença de tributação entre bens e serviços

A reforma ainda não virou lei. Como o texto aprovado no Senado teve diferenças com relação ao que passou na Câmara, agora os deputados precisam voltar a analisar a proposta.

Esta etapa da reforma busca simplificar a cobrança

dos **impostos** sobre o consumo. Um dos pontos é a substituição de 5 **impostos** por um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que vai ser dual: ou seja, um IVA federal e um IVA estadual.

A expectativa do governo e de analistas econômicos é que a reforma torne mais eficiente o sistema tributário do Brasil, hoje considerado caótico e causador de desperdícios financeiros.

Distorções que devem acabar

Entenda abaixo algumas das distorções que fazem do modelo tributário do Brasil ineficiente e confuso. Elas devem acabar quando a reforma virar lei:

Passeio de mercadorias ou notas fiscais pelo país

Uma das distorções mais dispendiosas para a economia é o passeio de produtos pelo país, consequência das atuais regras tributárias.

Hoje, o ICMS, um imposto estadual, é cobrado na origem. Ou seja, onde os bens são produzidos.

Isso cria o chamado crédito presumido na saída de um produto de um estado para o outro, reduzindo o valor e ser pago em ICMS.

Por esse modelo, algumas empresas conseguem benefícios fiscais só pelo fato de os produtos passarem por determinados estados, mesmo que nenhuma entrega seja feita lá.

O resultado são caminhões circulando desnecessariamente pelas rodovias, desgastando o asfalto e poluindo o meio ambiente, encarecendo o custo total da economia brasileira.

Uma distorção maior ainda é quando as empresas apenas enviam as notas fiscais para obter o benefício fiscal, sem que os produtos sequer circulem pelos estados que concedem os benefícios.

Para algumas empresas, a mercadoria vai para aquele estado e, de lá, vai para o destino final. Ou nem chega a ir, tem uma nota fiscal de saída daquele estado e

daquele estado para outro. São operações triangulares, passa o produto por um determinado estado para ter algum benefício fiscal, que geralmente é um crédito presumido. Por isso chama passeio, explicou Melina Rocha, ex-consultora do Banco Mundial e especialista em IVA.

Além disso, cada estado pode definir sua alíquota, o que gera uma competição entre eles, a chamada guerra fiscal.

Com a **reforma tributária**, os **impostos** passarão a ser cobrados no destino final, onde o bem ou serviço será consumido, após um período de transição, e não mais na origem. Isso contribuiria para combater a chamada guerra fiscal.

Com o fim da guerra fiscal, a produção tende a ficar mais próxima dos locais de consumo com o passar do tempo. Entretanto, alguns bens ainda continuarão a ser feitos em locais mais distantes para manter, por exemplo, a Zona Franca de Manaus (ZFM). O local concentra a produção, por exemplo, de motos, smartphones, TVs, condicionadores de ar e notebooks.

Discussão sobre quais produtos geram créditos

Segundo analistas, este é um dos principais pontos que geram discussões judiciais no atual sistema tributário brasileiro: quais itens produzidos pelas empresas podem gerar créditos para elas.

Os chamados créditos fiscais no sistema tributário brasileiro são concedidos às empresas como forma de incentivo à produção de determinados bens ou serviços.

O setor produtivo tem entrado na Justiça em busca desses ressarcimentos por parte da União e estados, resultando em muitos processos que poderão ser evitados com a adoção dos IVAs federal, estadual e municipal.

Melina Rocha lembra que houve, por exemplo, uma discussão judicial se as lixas, usadas em processos industriais, poderiam obter créditos de PIS e Cofins, reduzindo o valor de **tributos** pagos pelas empresas, assim como se as sacolas plásticas também poderiam usufruir de créditos tributários.

Com a adoção dos IVAs na **reforma tributária**, essa discussão não mais existirá. Isso porque, ao contrário do que ocorre hoje, os IVAs serão não cumulativos (**impostos** não incidirão sobre valores tributários já pagos ao longo da cadeia produtiva).

Assim, as empresas poderão ter créditos de todos os

tributos que já incidiram na aquisição de insumos e etapas anteriores da produção, o que descarta a necessidade dos créditos hoje concedidos.

Impostos incluídos na base de cálculo de outros

No sistema atual, **impostos** são cobrados por dentro de outros **tributos**. Por exemplo, o ICMS estadual incide sobre o próprio ICMS e, também, sobre o PIS/Cofins.

Isso quer dizer que há **impostos** embutidos nos preços que servem de base para a cobrança outros **tributos**, o que aumenta o valor total dos bens e serviços e dificulta o cálculo do imposto que está sendo pago.

O secretário especial de **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, explicou que apenas o Brasil, junto com a Bolívia, cobra imposto sobre o preço dos produtos e serviços por dentro.

Com a **reforma tributária**, ficou definido que não haverá mais possibilidade de os **tributos** incidirem sobre os **tributos**.

A única exceção será o imposto seletivo, cobrado sobre bebidas alcoólicas, cigarros, armas e extração de petróleo e minerais (para não criar distorções no mercado).

Leia também:

Entenda os principais pontos da **reforma tributária**, aprovada pelo Senado. Reforma tributária permite taxar combustíveis com 'imposto do pecado', mas governo afasta ideia. Reforma tributária vai impactar a cobrança de condomínio? Veja o que dizem especialistas

Diferença de tributação entre bens e serviços

Outra distorção apontada por analistas é a diferença na tributação entre bens e serviços, algo que, se forem consideradas apenas as economias com mais representatividade no mundo, só acontece no Brasil.

Aqui, os produtos são tributados com o ICMS estadual, maior que 15%. E os serviços são tributados pelo ISS municipal, com alíquota de até 5%.

A esses **impostos** se somam, ainda, o PIS e Cofins federais, de 9,25%.

De acordo com a especialista Melina Rocha, essa diferenciação de alíquotas entre bens e serviços gera disputas judiciais por empresas que buscam pagar menos **tributos**. Isso porque algumas delas alegam que, na verdade, oferecem serviços, em vez de

produtos.

Com a **reforma tributária**, o Congresso Nacional definiu que os **impostos** sobre valor agregado, tanto do governo quanto dos estados e municípios, incidirão sobre produtos e serviços - sem diferenciação.

Impacto do fim das distorções

Segundo nota técnica de 2020 do economista Bráulio Borges para o Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), como a **reforma tributária** corrige essas distorções, é de se esperar que tenha um impacto positivo sobre a produtividade e o crescimento do Brasil. A expectativa é de que a reforma impulse o **PIB** em até 20,2% em 15 anos por conta do aumento da produtividade e dos investimentos.

Para além dos efeitos diretos, a **reforma tributária** também poderia resultar em alguns efeitos indiretos, resultantes da redução do risco país e da taxa de juros de longo prazo relacionados à redução da relação dívida pública/**PIB** num cenário de maior crescimento do **PIB** potencial, diz o estudo do economista Bráulio Borges.

Estudo do Núcleo de Pesquisas em Tributação do Insper (InsperTax) divulgado em julho deste ano, sob coordenação da economista Vanessa Canado, diz que em 2019, o contencioso tributário (disputas judiciais), distribuído nas esferas administrativa e judicial, equivalia a 75% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

Em termos globais, concluiu-se que cerca de 95% desse contencioso seria impactado pela reforma dos **tributos** sobre o consumo, considerando as características gerais da CBS e do IBS: base ampla de incidência, não-cumulatividade plena, alíquota que não distinga setores ou tipos de bens e serviços, restrição à concessão de incentivos fiscais, cobrança unificada e informatizada, conclui o estudo.

O secretário especial Bernard Appy avaliou a reforma tributária, além de reduzir custos e estimular os investimentos estrangeiros, também fecha muitas brechas à sonegação de **tributos** ao corrigir distorções e simplificar a cobrança de **impostos**.

Fecha muitas brechas, [utilizadas na sonegação] não fecha todas. Nenhum sistema tributário no mundo fecha todas as brechas. Tem países com IVA simples, como a África do sul, que tem um compliance gap [lacunas que geram perda de arrecadação] muito baixo. Quanto mais confuso o sistema, maior é a possibilidade de sonegação, disse Appy.

Com a simplificação que a **reforma tributária** vai trazer, explicou Melina Rocha, especialista em IVA,

também serão reduzidas o número de obrigações acessórias (declarações) que as empresas terão de apresentar.

Se olhar o IVA, como é apurado em outros países, é muito simples. A declaração de IVA são três, quatro linhas no Canadá. Hoje, com as obrigações acessórias de IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS, já são cinco [declarações]. Imagina se a empresa for inscrita nos 27 estados, quanto mais para o ISS [dos municípios], disse a consultora Melina Rocha.

Próximos passos

Apesar de a equipe econômica, liderada pelo ministro Fernando Haddad, esperar que o texto seja promulgado integralmente até o fim deste ano, congressistas não descartam fatiar a proposta. Isso significa dividir trechos da reforma e promulgar primeiro aqueles sobre os quais haja consenso entre Câmara e Senado.

Depois de promulgada a reforma, alguns pontos ainda precisam ser regulamentados pelo Congresso Nacional, como, por exemplo, análise de cesta básica, cashback e a definição de quais produtos e serviços poderão contar com alíquotas reduzidas, ou estarão em regimes diferenciados.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/11/21/reforma-a-tributaria-deve-acabar-com-distorcoes-como-o-passeio-de-mercadorias-pelo-pais-entenda.ghtml>

Projeto que aumenta tributação da alta renda deve ser analisado por Comissão Senado nesta terça sem alterações

O projeto de lei que taxa os super-ricos, em fundos de investimento no exterior (offshore) e exclusivos, será analisado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado nesta terça-feira. A proposta pode ser votada no mesmo dia, se não houver pedido de vista por parte dos senadores.

O relator Alessandro Vieira (MDB-SE) não realizou modificações substanciais no texto que veio da Câmara dos Deputados. Com isso, o projeto poderá seguir direto para a sanção presidencial, se aprovado, sem precisar voltar para análise dos deputados.

O Ministério da Fazenda estimava uma arrecadação de até R\$ 20 bilhões em 2024, quando o projeto ainda mantinha alíquotas de até 22,5% para os fundos offshores. Ainda não foi divulgada uma nova expectativa de receita em caso de aprovação do projeto sairá do Congresso.

- Nossa expectativa é para uma tramitação rápida. A Fazenda vê como demanda de urgência a aprovação do projeto. Apenas as mudanças redacionais foram discutidas com a Fazenda. Acho que será uma aprovação com quórum facilitado. É um projeto que busca a justiça tributária, na medida em que traz para a arrecadação aqueles que estavam afastados, é um projeto justo - disse Alessandro Vieira.

A proposta tributa os investimentos fora do país a uma taxa de 15%, que deverá ser paga uma vez ao ano. Para os fundos exclusivos, a taxa será de 15% em aplicações de longo prazo e 20% para fundos de curto prazo. Nesta modalidade, a cobrança ocorrerá duas vezes ao ano.

Os investidores também precisarão pagar o imposto sobre a aplicação acumulada nos fundos, chamada de estoque. Para aqueles que fizerem o pagamento antecipado, até dezembro deste ano, a taxa será de 8%. Quem deixar o pagamento do estoque para 2024, será cobrado com o valor total do tributo, em 15%.

Alessandro Vieira destaca que o tema de tributação dos super-ricos voltará a ser pautado por senadores e deputados após a promulgação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da **reforma tributária**.

- Na **reforma tributária**, foi colocado um prazo para apresentação de projeto sobre renda e patrimônio, 90 dias após a promulgação da PEC. Imagino que as taxas permaneçam as mesmas, mas você vai avançar e combinar a tributação de renda e patrimônio com a redução da oneração da folha de pagamento. Acredito que o governo vai apresentar isso após a reforma.

Esses investimentos especiais dos super-ricos não tem, hoje em dia, a cobrança do chamado come-cotas, imposto que recai periodicamente sobre aplicações financeiras, apenas quando há resgate de valores.

Os fundos de investimentos exclusivos do agronegócio e imobiliários, com 50 participantes ou mais, continuam com isenção de imposto come-cotas, como é hoje. A manutenção da isenção para os fundos com menos cotistas, porém, teria uma condição: pessoas da mesma família, com CPFs interligados até parentesco de segundo grau, não podem ter juntos mais de 30% das cotas do fundo.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/11/21/projeto-que-aumenta-tributacao-da-alta-renda-deve-ser-analisado-por-comissao-senado-nesta-terca-sem-alteracoes.ghtml>

Vitória de Milei será desafio para Mercosul

A eleição do ultradireitista Javier Milei à Presidência da Argentina será um desafio para a sobrevivência do Mercosul - ao menos nos moldes como o bloco é conhecido hoje. Ainda que tenha suavizado o tom nas últimas semanas, o economista ameaçou durante a campanha retirar Argentina do bloco. "O Mercosul é uma união aduaneira de má qualidade que cria distorções comerciais e prejudica seus membros", disse em agosto, por exemplo.

Sem a Argentina e seu **PIB** de US\$ 631 bilhões o Mercosul perde sentido econômico, já que o país vizinho representava no ano passado 24% da economia do bloco. O Brasil somava 72%, e Paraguai e Uruguai, 4%.

A vitória de Milei também será um novo componente para o sucesso do acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia. Após duas décadas de negociações, as tratativas avançaram em 2019, mas novas exigências ambientais europeias depois de a piora do desmatamento da Amazônia sob o governo de Jair Bolsonaro voltar a travar um acerto.

Para a economista Sandra Rios, do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (Cindes), a eleição na Argentina deve jogar mais pressão para o Mercosul flexibilizar regras e permitir que os países façam acordos comerciais bilaterais, como o presidente do Uruguai, Luis Lacalle Pou, já quer há algum tempo (ver página A18).

Sandra prevê que a resistência de Lacalle Pou e Milei a estratégias no Mercosul que são importantes para o governo Luiz Inácio Lula do Silva vai "vai levar a mais estagnação do Mercosul, porque vai levar a menos possibilidades de acordos".

Nem todos, porém, compartilham dessa visão. Embaixador na Argentina entre 2002 e 2004, José Botafogo Gonçalves acredita que, apesar dos ataques pessoais do argentino a Lula, a parceria entre os dois principais sócios do Mercosul se sobrepõe à "vontade individual do presidente de plantão", mesmo que choques de visão sejam inevitáveis.

A verdade é que o Mercosul perdeu força nos últimos anos como bloco econômico, especialmente nas relações de comércio exterior, com o avanço da China na região. Em 2010, último ano do segundo mandato de Lula, 9,2% de tudo o que o Brasil exportava ia para a Argentina. No ano passado, isso tinha caído para a metade (4,6%). Para os argentinos, o Brasil era

destino em 2010 de 21,2% de suas vendas ao exterior, ante 14,3% em 2022.

Ver também páginas A4, A6, A14, A15, A18 e B8

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20231121/>

"Mercosul vai ficar mais fragmentado e ruma à paralisia, diz economista

Rafael Rosas e Francisco Góes

A vitória de Javier Milei na Argentina vai jogar mais pressão sobre o Brasil no Mercosul, diz a economista Sandra Rios, diretora do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (Cindes). A tendência, afirma, é que Milei se alie a Luis Alberto Lacalle Pou, presidente do Uruguai, que tenta há tempos uma mudança de regras: "O bloco vai ficar mais fragmentado do que está, e isso tende a levar a uma paralisação [do Mercosul]". Rios disse ainda estar pouco otimista com a conclusão do acordo Mercosul-União Europeia. A seguir os principais pontos da entrevista ao Valor:

Valor: Com a vitória de Milei, aumenta a pressão no Mercosul pela flexibilização de regras?

Sandra Rios: No governo [Jair] Bolsonaro, havia no Ministério da Economia um núcleo que era a favor da flexibilização da União **Aduaneira** [do Mercosul], que queria fazer uma reforma da TEC [Tarifa Externa Comum, aplicada à importação de terceiros países] para reduzir as tarifas e enfrentava resistência no Brasil pelos lobbies setoriais, mas também na Argentina. Agora, no Brasil, o governo Lula considera o Mercosul um instrumento de política externa importante, uma vez que passa a ideia de que vamos negociar juntos, o que aumenta o poder de barganha. Mas há um problema de descompasso entre as visões da direita e da esquerda nos nossos países.

Valor: Mas a vitória de Milei na Argentina muda o Mercosul?

Rios: Milei vai encontrar em Lacalle Pou [Luis Alberto, presidente do Uruguai] um aliado para pressionar a União **Aduaneira** do Mercosul, mas enfrentará resistências domésticas entre os lobbies da indústria, que vão continuar insistindo na manutenção da TEC, refratários a negociações com terceiros que signifiquem redução da

proteção ou alguma ameaça ao setor industrial. Milei tem agenda vasta de problemas para enfrentar. Não creio que vá conseguir fazer movimentos drásticos em relação a essa agenda [do Mercosul] porque tem outras batalhas mais urgentes. Mas eleve ser menos conivente com demandas eventuais de aumentar a proteção no bloco.

Valor: O Brasil pode ficar mais isolado no debate do Mercosul?

Rios: Haverá maior dificuldade do governo Lula aprovar no bloco posições que tenham a ver com reforço de instituições como o Una-sul, e de estratégias que são importantes para os governos do PT, mas que vão encontrar resistência, não só de Lacalle Pou, mas também de Milei. Essa configuração vai levar a mais estagnação do Mercosul, porque haverá menos possibilidades de acordos, de convergência. O bloco vai ficar mais fragmentado do que está, e isso tende a levar a uma paralisação [cio Mercosul].

Valor: É a senhora vê saída?

Rios: A saída seria o governo Lula adotar postura mais pragmática para evitar a derrocada do Mercosul. Talvez seja necessário ceder em algumas coisas, conceder a possibilidade de os países negociarem acordos em separado, flexibilizara União **Aduaneira**. Eu esperaria pragmatismo do lado argentino em relação ao Mercosul. A melhor estratégia para o Brasil é uma certa paciência estratégica. O Brasil teve essa postura com os governos kirchneristas e com os arroubos protecionistas da Argentina. Agora vai precisar ter paciência estratégica com eventuais arroubos liberais, que devem ficar mais no âmbito da retórica que na implementação.

Valor: É a flexibilização da TEC?

Rios: O Brasil fez, no fim de 2021 e no primeiro semestre de 2022, dois movimentos de redução de 10% da tarifa de importação para um conjunto de produtos. Na época, o país recorreu a medidas de caráter excepcional para implementar de forma unilateral. O Brasil recorreu a um artigo da Aladi [Associação Latino-Americana de Integração], que foi o mesmo artigo ao qual se fez menção na covid-19, para reduzir tarifas de importação de equipamentos de proteção e medicamentos. Mas não houve flexibilização do Mercosul.

Valor: A TEC média do Mercosul está abaixo dos 13%?

Rios: No Brasil, está perto de 11%. No Mercosul,

continua perto de 13% porque tem muitos setores que foram excetuados dessas reduções, inclusive no Brasil: automotivo, confecções, calçados, móveis. Há muita exceção.

Valor: £ o que está na mesa na Cúpula do Mercosul em dezembro?

Rios: A discussão está dominada pela tentativa de concluir o acordo com a União Europeia.

Valor: Como a eleição do Milei influencia a expectativa de fechamento do acordo com a UE?

Rios: Há pontos importantes em aberto e pouco tempo nessa última janela de oportunidade que se encerra agora no fim do ano porque acaba a presidência espanhola, e ano que vem há diversas eleições na União Europeia. Houve demora do lado do Mercosul para responder à proposta de documento adicional que a União Europeia apresentou sobre o capítulo de comércio e desenvolvimento sustentável. Não sou otimista de que seja possível concluir o acordo, independentemente de Milei. Se ele quer avançar na liberalização comercial, deveria fechar o acordo. Por outro lado, fechar o acordo com a União Europeia o amarra mais ao Mercosul.

Valor: O que falta?

Rios: No governo Bolsonaro, se anunciou o que chamaram de acordo em princípio e disseram que faltavam detalhes a serem negociados, faltava a revisão legal do texto, a tradução para os diversos idiomas oficiais da União Europeia para que então fosse assinado pelas partes e enviado aos parlamentos. Passou o tempo, houve resistências, oposição na Europa à conclusão do acordo em função das questões ambientais no Brasil. E no ano passado os europeus vieram com a ideia do instrumento adicional, procurando aprofundar o entendimento, a interpretação dos compromissos na área ambiental.

Valor: Que Lula criticou...

Rios: Quando o documento foi entregue, o governo Lula criticou. No Cindes, a leitura é que o documento aprofunda o entendimento que já estava negociado no texto de acordo, no capítulo de comércio e desenvolvimento sustentável. Traz um ou dois pontos que mereceriam discussão porque podem avançar mais em relação ao que estava escrito. Mas não é que o documento adicional fosse um problema. O que aconteceu é que nesse período recente a União Europeia adotou legislações que afetam os interesses dos exportadores brasileiros, a regulação anti-desmatamento, que entrou em vigência em outubro e determina que não poderão ingressar na União

Europeia produtos que provenham de zonas desmatadas a partir de 2020.

Valor: Qual é o efeito?

Rios: Isso vai além do Código Florestal Brasileiro, que define o que é que é desmatamento ilegal, mas que não significa desmatamento zero. É uma regulação unilateral da União Europeia.

"Se Milei quer avançar na liberalização, deveria fechar o acordo com a União Europeia" Sandra Rios

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231121/>

Acordos estratégicos devem superar viés ideológico

**ÂNDREA MALCHER RAFAELA GONÇALVES VICTOR
CORREIA**

A expectativa de analistas políticos é que o cenário entre Argentina e Brasil na Era Milei repita o ocorrido entre o governo de Jair Bolsonaro e o do atual presidente argentino, Alberto Fernández. No período, houve um afastamento que ainda não tinha sido registrado na relação entre os países, incluindo trocas de alfinetadas entre os chefes de Estado.

O brasileiro citava constantemente a situação econômica argentina, com forte **inflação** e crise generalizada, como um atestado de falha da esquerda. O afastamento levou, inclusive, à perda do posto brasileiro de principal parceiro comercial da Argentina, que foi ocupado pela China.

Mesmo assim, a diplomacia ainda deve manter uma relação pragmática.

O coordenador de Análise Política da consultoria BMJ, Lucas Fernandes, destacou o fato de Milei ter baixado o tom em seu primeiro discurso como presidente eleito, em relação ao que falou na campanha. Na avaliação do especialista, mesmo o argentino prometendo deixar o Mercosul e cancelar a entrada no Brics (grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), a decisão só traria prejuízos ao país.

"A entrada da Argentina no Brics é extremamente importante.

O pragmatismo deve imperar, em algum nível", comentou Fernandes, citando o acesso a créditos que o país terá ao entrar no bloco. Como Milei, diferentemente de Bolsonaro, não conseguiu formar uma base considerável no Congresso, a composição do governo pode adotar um formato mais pragmático do que as ideias ultraliberais defendidas pelo presidente eleito. Isso só vai ficar mais claro após a formação dos ministérios.

Do lado do Brasil, também há interesse em manter o diálogo, mesmo o governo Lula tendo apoiado o adversário de Milei, Sergio Massa. "O que é importante destacar é a diferença do tipo de exportação que o Brasil tem para a Argentina do que tem para os Estados Unidos, a Europa e a China. Para a Argentina, a gente consegue vender bens

manufaturados, de maior valor agregado.

De maneira alguma cortar relações ou fechar portas do Mercosul ou dos Brics vai ser estratégico para o governo brasileiro", pontuou Fernandes.

Alcides Costa Vaz - professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB) e coordenador do grupo de pesquisa sobre política e segurança internacional - também avaliou que Milei diminuiu o tom após o resultado da eleição. Para ele, o novo governo deve optar pelo pragmatismo para manter os acordos estratégicos.

"Nosso relacionamento com a Argentina é muito denso, são várias agendas. Eu diria que surgem muitas incertezas pela divergência do ponto de vista ideológico, e essas divergências, em contexto eleitoral, tendem a se exacerbar. Vamos ver do presidente eleito, e daqui a pouco do presidente de fato, qual vai ser sua posição", disse Vaz.

Vaz enfatizou ainda que a estabilidade econômica e política é sempre um fator que beneficia as relações internacionais.

"Se ele for capaz de trazer maior estabilidade do ponto de vista político e levar a Argentina a uma rota de saída desta crise que ela vive - a quarta desde a redemocratização -, isso fará bem à relação bilateral. A questão é, ele consegue?" (VC, AM e RG) Leia mais sobre a eleição de Javier Milei na página 9

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/11/21/all.pdf>

Relatório recebe 2.272 emendas

EDLA LULA

Parlamentares que formam a base do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) apresentaram emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2024 que asseguram mais gastos públicos. Ontem, o relator da matéria, deputado Danilo Forte (União-CE) ainda analisava as 2.272 emendas apresentadas ao PLDO, por isso, somente, hoje, ele pretende protocolar o seu parecer final na Comissão Mista de Orçamento (CMO). Com isso, a expectativa é que a matéria só será votada pelo colegiado na quinta-feira (23).

Do total de emendas, 673 tratam das metas e prioridades para o próximo ano e 1.599 mexem no texto do projeto. Mas as emendas que tiram o sono de Forte são aquelas que possibilitam uma folga maior para a execução orçamentária. Defensor de uma LDO mais realista em relação às previsões para o ano que vem, Forte se comprometeu com o Palácio do Planalto a preservar a meta original de zerar o resultado primário (o saldo nas contas públicas, sem considerar os gastos com a administração da dívida).

Este dispositivo, no entanto, recebeu oito emendas prevendo a flexibilização da meta. Todas apresentadas por parlamentares da base aliada. Somente o vice-líder do governo no Congresso, deputado Lindbergh Farias (PT-RJ) apresentou quatro emendas, que permitem deficits primários que variam entre 0,75% do Produto Interno Bruto (**PIB**) e 1% do **PIB**.

As outras emendas partiram de deputados do PSol.

Embora haja esse compromisso com a manutenção da meta, tese sustentada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, boa parte do governo, incluindo o chefe da Casa Civil, Rui Costa, é favorável à alteração.

Partidário da manutenção da meta proposta por Haddad, o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (Sem Partido -AP), apresentou emenda determinando que, em caso de contingenciamento de recursos orçamentários, seja respeitado o artigo do novo regime fiscal que obriga o crescimento das despesas de 0,6% acima da **inflação** em relação a este ano.

A ideia de Randolfe é de que, mesmo se a meta de zerar o resultado primário não for alcançada, haverá aumento de gastos de, pelo menos, o piso

estabelecido na lei que criou o novo regime fiscal, aprovado neste ano, também conhecido como arcabouço fiscal.

Seguindo este princípio, o cálculo do ministro Haddad é que o bloqueio de verba ficaria restrito a R\$ 23 bilhões, independentemente do tamanho do rombo nas contas públicas. As projeções de especialistas apontam para um contingenciamento de R\$ 53,7 bilhões.

"Um dos principais objetivos do regime fiscal sustentável, como se sabe, foi o de atenuar os ciclos econômicos por meio da criação de um mecanismo anticíclico de crescimento real das despesas primárias. Note-se inclusive que tal aspecto de se buscar estabilidade e proteção contra variações econômicas foi objeto dos debates no Congresso Nacional", disse o senador. Ele ressaltou que "ainda que o crescimento real das receitas apurado seja insuficiente para propiciar um aumento real das despesas acima de 0,6%, a lei orçamentária deverá respeitar o limite inferior de crescimento real de despesa primária de 0,6%; assim como o teto de 2,5% para o avanço real da receita primária".

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/11/21/all.pdf>

Milei confirma o fim do BC e privatizações

O presidente eleito da Argentina, Javier Milei, anunciou na manhã de ontem, 20, suas primeiras medidas entre nomes do seu gabinete, viagens internacionais e empresas a serem privatizadas. O ultradireitista foi eleito na noite de domingo o novo presidente da Argentina em um resultado de 55,6% dos votos contra 44,3% do seu rival, o peronista Sergio Massa. Já na noite de domingo, em seu discurso de vitória, ele disse que pretende manter suas promessas de campanha, mas não citou a controvertida dolarização. Ontem, porém, ele reiterou os planos de fechar o Banco Central, mas alertou que a **inflação** deve demorar até dois anos para retroceder. "Vamos começar primeiro pela reforma do Estado e pela resolução do problema de liquidez do Banco Central, disse.

Em entrevista a rádios argentinas, Milei confirmou uma promessa de campanha ao anunciar a privatização dos meios de comunicação públicos do país, entre eles: TV Pública, Télam e Rádio Nacional. "Consideramos que a TV Pública se tornou um mecanismo de propaganda", disse em entrevista à rádio Mitre. Segundo ele, esses veículos teriam se transformado em propaganda peronista e parte da campanha de medo promovida contra ele. Ele também confirmou a privatização da estatal de petróleo e gás YPF, que recentemente esteve no meio de uma crise de combustíveis no país. "Tudo o que pode estar nas mãos do setor privado, vai estar nas mãos do setor privado", disse.

O presidente eleito, porém, não definiu uma data para as privatizações. "Primeiro é preciso recompor a YPF. Desde que Kicillof decidiu nacionalizá-la, a deterioração que foi feita à empresa em termos de resultados para que ela valha menos do que quando foi expropriada... Obviamente a primeira coisa a fazer é reconstruí-la", afirmou, citando Axel Kicillof, o governador kirchnerista reeleito de Buenos Aires.

As privatizações são um projeto central de seu futuro governo, que visa reduzir o tamanho do Estado argentino, que atualmente consome 42% de seu Produto Interno Bruto e com baixa taxa de eficiência, segundo avaliações do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Áreas mais polêmicas, porém, ficaram de fora em um primeiro momento, como saúde e educação. Estudos mostram que os argentinos, embora estejam mais liberais, são contra a privatização dessas duas áreas.

"Nem a educação nem a saúde podem ser

privatizadas, são responsabilidades das províncias. O melhor é sempre subsidiar a procura e não a oferta, mas isso ainda não vai acontecer no curto prazo", disse. A dúvida, porém, é se poderá de fato realizar essas privatizações, já que necessita do apoio do Congresso, onde não tem maioria. Neste sentido, as alianças que deve construir, especialmente com o partido Proposta Republicana (PRO) de Mauricio Macri será essencial.

Viagens

Outras medidas anunciadas pelo novo presidente são as primeiras viagens internacionais. Nesse sentido, o Brasil ficou de fora dos primeiros destinos, quebrando uma tradição de o presidente eleito da Argentina visitar primeiro Brasília e vice-versa. Em entrevista à mesma rádio, Milei anunciou que sua primeira viagem será aos Estados Unidos e depois Israel, destinos que deve visitar antes mesmo da posse em 10 de dezembro. "A viagem tem uma conotação mais espiritual do que outras características", afirmou.

Entre os primeiros nomes de seu governo estão o advogado Mariano Cúneo Libarona para o Ministério da Justiça e Carolina Píparo será a nova chefe da Anses, entidade que cuida da assistência social do país e esteve sob o guarda-chuva do La Cámpora, grupo de jovens de esquerda do kirchnerismo. Outros nomes ainda são aguardados, principalmente o do próximo ministro da Economia.

Na noite de domingo, Milei se reuniu com Macri e Patricia Bullrich, candidata derrotada do PRO no primeiro turno, possivelmente para costurar nomes em seu governo. O ultradireitista prometeu reduzir o número de ministérios de 18 para 8. Milei também deveria se reunir ontem com o presidente Alberto Fernández para tratar da transição presidencial, mas o encontro foi adiado.

RECONHECIMENTO

Diversos presidentes latino-americanos parabenizaram o candidato argentino que venceu as eleições presidenciais no domingo, o ultradireitista Javier Milei. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva comentou a vitória de Milei em uma rede social e desejou êxito ao novo governo, sem citar Milei. O presidente da Colômbia, Gustavo Petro, parabenizou Milei, mas lamentou a vitória de um candidato identificado com a extrema-direita. "É a decisão da sua sociedade. Triste para América Latina e já veremos... o neoliberalismo já

não tem proposta para a sociedade, não pode responder aos problemas atuais da humanidade. As relações da Colômbia e Argentina, os vínculos entre seus povos se manterão em respeito mútuo. Parabenizo Milei", disse. Outros presidentes considerados de esquerda ou centro-esquerda, como Luis Arce, da Bolívia, e Gabriel Boric, do Chile, parabenizaram o vencedor sem fazer juízo de valor do resultado eleitoral. Os presidentes de direita ou centro-direita do Uruguai, Luis Lacalle Pou, e o vitorioso nas eleições o vitorioso nas eleições equatorianas, Daniel Noboa, também felicitaram Milei pela vitória.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/21/11/2023/p1>

"El Loco" no poder (Editorial)

O anarcocapitalista Javier Milei, mais conhecido como "El Loco", chegou lá. Menosprezado pelo establishment político da Argentina até o momento em que suas chances de se eleger pareceram reais, o exótico azarão despenteado obteve uma vitória acachapante na disputa pela presidência: foram 55,7% dos votos válidos, na maior derrota peronista em 40 anos, o que mostra que o país não estava tão polarizado assim. Mostra, isso sim, que a maioria dos argentinos simplesmente se enfatiou com o peronismo kirchnerista e, há décadas sem saber o que é prosperidade, resolveu fazer uma aposta no que lhe pareceu absolutamente novo.

A questão é que esse novo talvez não seja tão novo assim. Se no início da campanha Milei era o disruptivo da serra elétrica, no segundo turno ele moderou o tom e conquistou o apoio da direita tradicional. O ex-presidente Mauricio Macri, um autêntico representante das castas políticas que o "libertário" jurou eliminar, subiu em seu palanque. E é dessa aliança que dependerá o mínimo de governabilidade para Milei, cuja bancada puro sangue no Congresso será ínfima perto da oposição peronista. O provável - e esperado - enquadramento de Milei não deixa de ser boa notícia. Qualquer resistência à moderação traz a perspectiva de mais um presidente argentino deixando a Casa Rosada em fuga, num helicóptero, para escapar da turba enfurecida, como aconteceu com De La Rúa em 2001.

O resultado da eleição de anteontem não é propriamente um repúdio ao populismo, pois Milei, malgrado seu ar novidadeiro, é um populista clássico. Pelo contrário: a rejeição da chapa de centro-direita no primeiro turno mostrou que os argentinos preferem mesmo o populismo, ainda que seja com sinal trocado.

Em seu discurso de vitória, Milei declarou que começava naquele momento o "fim da decadência argentina".

"Em 35 anos, voltaremos a ser potência mundial", prometeu o novo presidente. Pode até ser, mas até lá Milei terá que resolver problemas bem mais imediatos - por exemplo, como honrará o pagamento da imensa dívida da Argentina com o FMI, contraída, aliás, por seu aliado Mauricio Macri, em 2018. Recorde-se que foi o fracasso de Macri em implementar reformas na Argentina que proporcionou o desastre da volta do peronismo kirchnerista ao poder. Nada indica que o cenário será mais favorável a Milei agora.

Não à toa, Milei reiterou seu projeto de privatização de estatais, mas avisou que dependerá de reformas a serem decididas pelo Congresso. Ao referir-se aos pivôs de sua prometida revolução econômica - a dolarização total da economia, o corte incisivo da estrutura administrativa e a eliminação do Banco Central -, preferiu falar no "gradualismo" de tais mudanças.

Mostrou-se, por fim, mais palatável a conversas sobre o teor de seus projetos e o arranjo de cargos na administração com o macrismo, outros segmentos da centro-direita e até com a facção peronista avessa ao kirchnerismo.

De antemão, nenhum desses setores endossa os pilares da anunciada política econômica de Milei. Tampouco aceitará, sem elevadas concessões, a redução dos subsídios sociais e a revisão das relações da Argentina com o Mercosul e com os governos do Brasil e da China, hostilizados por Milei.

No próximo dia 10 de dezembro, Milei receberá do peronista Alberto Fernández o bastão de comando da Argentina e uma herança duríssima: **inflação** anual estimada em 200% neste ano, reservas internacionais no chão, rombo nas contas públicas, recessão e penúria de mais de 40% dos argentinos. Seu ensaio de moderação, ainda a ser confirmado, pode arrefecer, momentaneamente, a sensação de que a Argentina caminhava para o apocalipse. Neste momento, esperase que o personagem insano que Milei criou para ganhar a eleição fique do lado de fora da Casa Rosada, por mais que isso possa frustrar seus eleitores mais exaltados, e que o novo presidente argentino seja capaz de entender que seu governo tem escassa margem de manobra - e de erro.

Síte: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Crescimento do país em 2023 fica bem acima das previsões

No início deste ano, o boletim Focus, coletânea de opiniões de bancos e corretoras sobre os indicadores da economia brasileira, mostrava que o Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro cresceria neste ano cerca de 0,7%. A projeção mais recente, de novembro, indica que agora se espera uma expansão da economia mais próxima de 3%-algo como 2,8%. Para o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, o país surpreendeu positivamente no crescimento -e muita gente errou as previsões.

- Eu acho que a gente errou a previsão de crescimento dos últimos quatro anos. Tivemos surpresas consecutivas de crescimento para cima. E eu me incluo no grupo dos economistas que errou -disse ele durante o "E Agora, Brasil?".

Campos Neto afirmou que atualmente já se começa a ter um entendimento que talvez o crescimento estrutural do Brasil tenha subido um pouco. Isso, segundo ele, seria efeito cumulativo de todas as reformas que foram realizadas ao longo dos últimos governos, trazendo esse impacto positivo. Ele afirmou que existe hoje um grupo de pessoas se dedicando a entender o efeito dessas reformas.

Mas, de agora até o ano que vem, lembrou Campos Neto, a tendência é que a economia entre num movimento de desaceleração. Ele lembrou que o mundo também vai desacelerar e o Brasil tem sincronização com essa tendência. Segundo ele, não há como evitar isso, dadas as atuais taxas de juros globais mais elevadas.

No Brasil, por exemplo, o índice de Atividade Econômica (IBC-BR) do Banco Central, considerado uma "prévia" do Produto Interno Bruto (**PIB**), registrou queda de 0,06% em setembro, na comparação com o mês anterior. Na parcial do ano, o indicador avança 2,77% e, em 12 meses até agosto, subiu 2,5%. No terceiro trimestre de 2023, a queda registrada foi de 0,64%.

Campos Neto lembrou que o Brasil promoveu um ciclo de alta dos juros para combater a **inflação** antes de outras nações. Na Europa e EUA, por exemplo, os efeitos da alta de juros começam a ser vistos agora e o BC brasileiro vai acompanhar como isso afeta o equilíbrio. Campos Neto apontou indicadores positivos da economia brasileira, como a confiança do

consumidor em alta e o mercado de trabalho aquecido, e disse que a performance do Brasil foi boa, apesar de ser um ano difícil, de saída da pandemia. Também citou a queda da inadimplência acima de 90 dias das pessoas físicas, segundo os dados mais recentes.

- As taxas de juros no crédito ainda são maiores do que a gente gostaria. Temos trabalhado em microrreformas para que isso melhore. Começamos a ver uma situação no crédito um pouco melhor, inclusive com novas emissões no mercado de capitais.

Campos lembrou que o Brasil "é sempre uma história fiscal". Ele observou que há uma diferença grande entre o que o mercado acha que é possível realizar na área fiscal e o que o governo tem prometido. Na discussão sobre uma possível mudança de meta fiscal, disse ele, a posição do BC é de que se mantenha meta de déficit zero em 2024.

-O mercado acredita que o governo vai ter dificuldade de atingir a meta, mas é importante insistir. Tivemos um trabalho muito grande de fazer um arcabouço fiscal, que tem previsões do que acontece quando você não cumpre as metas. É importante seguir essa trajetória, e mostrar que independente das dificuldades, pois um pedaço é baseado em aumento de receita, que depende da aprovação do Congresso, é importante manter a meta -disse, lembrando que trata-se de um jogo de credibilidade.

0,7% Previsão inicial

Coletânea de opiniões de bancos e corretoras sobre economia, boletim Focus indicava esta variação para o **PIB** em 2023

2,8% Projeção atual

Análises dos especialistas neste mês já apontam para uma expansão bem maior da economia no país neste ano

-0,06% Recorte mensal

índice de Atividade Econômica (IBC-BR) do Banco Central registrou ligeira queda em setembro, na comparação com mês anterior

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Adesão ao Pix supera expectativas e impulsiona a digitalização

Mariana Rosário

Três anos após seu lançamento, já é possível dizer que o Pix superou as melhores expectativas em relação à sua adesão no país. Até agora são contabilizadas 66,1 bilhões de transações já feitas, movimentando R\$ 29,5 bilhões. A adesão do meio de pagamento instantâneo surpreendeu até o atual presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. Ele falou sobre o sucesso e os desafios da plataforma, além de outros temas relacionados ao desenvolvimento tecnológico do setor financeiro no país, na última sexta-feira ao longo do evento "E Agora, Brasil?", realizado pelos jornais "O Globo" e Valor Econômico, com patrocínio do Sistema Comércio, através da CNC, do Sesc, do Senac e de suas Federações.

A potência do Pix também trouxe novas necessidades. A exigência de que o celular, que faz o processo de pagamento, esteja sempre conectado à internet, por exemplo, figura como uma barreira a ser superada, conforme os desejos do Banco Central (BC).

"Quando a gente desenhou o Pix e levou aos bancos, achei que eles fariam a versão off-line", disse Campos Neto no evento, que teve a participação dos jornalistas Miriam Leitão ("O Globo") e Alex Ribeiro (Valor). "Hoje você pega um troco e coloca na carteira para pagar algo, mas poderia fazer isso de forma digital. Você tira do on-line, coloca no off-line e, mesmo sem rede, seria possível fazer pagamentos." O BC prepara um projeto de Pix off-line, ainda sem data de lançamento divulgada.

Na esteira do Pix, e com o anúncio do Drex, o real digital, o Banco Central brasileiro avança em um projeto ainda mais ambicioso: apresentar ao G20 o plano de criar uma plataforma que conecte diversas moedas digitais em tempo real. "Se você tiver um mundo com várias moedas digitais conectadas em tempo real você atingiu em grande parte o benefício de se ter uma zona com moeda única", diz o presidente do BC.

Desse modo, cada país poderia manter o funcionamento de sua política monetária sem interferência externa, a conexão se daria por meio das transações virtuais. "Cada lugar está desenvolvendo um meio de pagamento [digital], o que não

conseguimos é ligar um no outro. Temos algumas experiências, como o Nexus, que ligou Singapura à Índia e que está indo muito bem. Mas queremos trabalhar num sistema de conectar as moedas digitais. Isso é super importante", aponta o presidente do BC.

A digitalização das transações, inclusive, deve mudar o cenário dos aplicativos bancários - uma vez que o sistema de Open Finance (que permite o compartilhamento de informações bancárias entre várias instituições financeiras) pode tornar o oferecimento de serviços mais dinâmico para os clientes. Ou seja, ao requisitar um tipo de pacote ou investimento, será possível comparar o que está disponível em diversas instituições antes de fechar negócio. No futuro, diz Campos Neto, essa escolha poderá ser feita na mesma tela de celular, sem precisar abrir diversos programas.

"Entendemos que há empresas privadas que podem querer desenvolver esses "superapps". Estamos em uma era em que os aplicativos vão ter um upgrade, vão ter novas funcionalidades, vão virar marketplaces", diz o presidente do BC. A edição do "E Agora, Brasil?" realizada no dia 17 foi a última deste ano. A programação que discute desafios do desenvolvimento no país está prevista para ser retomada em 2024.

"A participação de Roberto Campos Neto trouxe informações relevantes para o setor de comércio e serviços, impactado pelos juros elevados e com interesse nas discussões sobre o parcelamento sem juros no cartão, cuja manutenção é essencial para empresas e consumidores. Vamos torcer para um 2024 com juros e **inflação** sob controle, mais investimentos, geração de empregos e renda", disse José Roberto Tadros, presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Drex pretende facilitar transações

Em processo de testes, o real digital - batizado de Drex - deve desembarcar no sistema financeiro do país nos próximos anos. A proposta para a moeda é facilitar o acesso a serviços e transações financeiras de diversas ordens - desde empréstimos a compra de bens de grande porte, como imóveis e veículos. Ainda há a promessa de que ele trará uma camada de segurança mais robusta contra fraudes, por estar

cadastrado em um banco de dados totalmente rasbeável.

"Para usar o Drex será necessário ter uma carteira digital numa instituição autorizada pelo BC. Todas as transferências vão passar pelo Banco Central", afirma Carla Beni, professora da Fundação Getúlio Vargas (FGV). "Até aqui tínhamos as cédulas e a moeda escriturai bancária, que é o saldo da conta corrente. Então, você poderia usar o Pix, o cartão de crédito ou de débito (ou o dinheiro físico) para transferir valor de uma pessoa a outra. O BC cria, com o Drex, uma terceira via."

O objetivo é que o real digital seja um atalho para serviços sob a metodologia do Open Finance - o sistema financeiro aberto, em que os clientes compartilham informações pessoais sobre consumo e investimentos entre diferentes instituições.

"A ideia é que você abra seu aplicativo pensando, por exemplo, em ter uma poupança e que você tenha várias opções em relação a esse produto", explicou Fábio Araújo, coordenador da iniciativa do Real Digital no Banco Central, durante uma live que detalhou o serviço.

Outra possibilidade aberta pelo Drex é o estabelecimento de smart contracts (do inglês: contratos inteligentes), um mecanismo pelo qual bens-devidamente inscritos em um tipo de cartório virtual, como o blockchain-são transacionados após programação feita no computador. Nessa metodologia, porém, o dinheiro só sai da conta do comprador de um carro, por exemplo, tão logo seja confirmado que está tudo em conformidade com a documentação do vendedor. Se uma das partes falhar, o negócio é desfeito.

"A proposta é preparar uma plataforma para essas operações, porque todas essas trocas pressupõem que haja um pagamento e aí entra o real digital", detalhou Aristides Cavalcante, chefe do escritório de segurança cibernética e inovações tecnológicas do BC, durante a mesma transmissão ao vivo.

Enquanto o Drex não chega, até seu nome é fruto de curiosidade. No "E Agora, Brasil" de sexta-feira, Roberto Campos Neto, presidente do BC, confidenciou que recebeu pedidos para que o "nome de batismo" da moeda digital fosse trocado. "Algumas pessoas, principalmente da comunidade judaica, apontaram que havia um dialeto ídiche em que Drex teria um significado mim. Seria algo como "porcaria", mas na verdade a palavra nesse caso é "drek", não "Drex", divertiu-se. (MR)

Método de pagamento mira serviço de agendamento

Se a previsão do Banco Central se cumprir, a partir do segundo semestre de 2024 será possível realizar uma nova modalidade do Pix: a versão agendada. A determinação para o lançamento da funcionalidade foi anunciada em uma transmissão ao vivo exibida na semana passada pelo BC, em celebração aos três anos de lançamento da plataforma de pagamento.

A versão agendada, que era inicialmente esperada para ainda este ano, será uma prioridade para atualizar a funcionalidade de pagamento instantâneo-que até dezembro passado promoveu a inclusão financeira de 71 milhões de brasileiros em localidades com difícil acesso a agências bancárias.

O Pix agendado funcionará em formato parecido ao débito automático, para o pagamento de contas recorrentes e assinaturas. A inovação, portanto, aumentará a carteira de instituições financeiras que estarão disponíveis para programar pagamentos com dia marcado.

Embora não tenham sido anunciadas datas para o lançamento de mais funcionalidades, os representantes do BC citaram a intenção de lançar o Pix internacional, que consiste na possibilidade de fazer transferências e compras no exterior com o mesmo sistema. Também foi lembrada a atualização para pagamento por meio de aproximação, como ocorre hoje com os cartões de crédito e celulares, além do Pix offline, um projeto especialmente desejado pelo presidente do BC, Roberto Campos Neto.

Nessa modalidade, seria possível usar o serviço sem conexão com a internet- neste momento ain fundamental para conectar-se aos programas que fazem as transferências. A ideia é que esse tipo de Pix funcione por meio de aplicativos para celular adaptados, para a transferência manual ou por meio de aproximação. O projeto está na pasta do BC, mas não foi detalhado. Todas as novas funcionalidades são atualizadas na plataforma com o serviço em andamento, sem pausas.

"Os aplicativos vão ter um upgrade, vão virar marketplaces"

Campos Neto

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231121/>

Desinflação global permanece como desafio no pós-pandemia

João Sorima Neto

No Brasil, a **inflação** tem convergido para as metas de acordo com o esperado até 2025, mas ainda assim há um desafio no processo de desinflação global. No evento "E Agora, Brasil?", promovido pelos jornais "O Globo" e Valor Econômico, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse que a busca global por recursos, depois do elevado gasto para combater os efeitos da pandemia, e também para mitigar os efeitos das mudanças climáticas, são fatores que pressionam a **inflação**. Além disso, guerras no Oriente Médio e na Ucrânia e um mercado de trabalho aquecido atrasam a queda dos preços no mundo.

"O ciclo de **inflação** foi muito sincronizado globalmente. Agora, a **inflação** está caindo em vários países, mas ainda há dificuldades para a continuação do processo de desinflação mundial", afirmou.

No Brasil, a meta de **inflação** perseguida pelo Banco Central é de 3,25% em 2023 e de 3% em 2024 e 2025, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para baixo ou para cima. O IPCA, **inflação** oficial do país, está acumulado em 4,82%, nos últimos 12 meses. No ano, sobe 3,75%.

Campos Neto lembrou que os países desenvolvidos gastaram cerca de 20% do Produto Interno Bruto (**PIB**) para reduzir os efeitos da pandemia, enquanto nações emergentes aplicaram 10%, e os países pobres, 4%. Economistas acreditavam que o fim dessa injeção de dinheiro poderia ajudar na queda dos preços porque as pessoas tendem a consumir menos. Mas isso não se concretizou.

"Não veio a desinflação por esse caminho. E nos países desenvolvidos, com juros baixos por muito tempo, houve uma acumulação de ativos físicos, entre a população mais velha. E é esse pessoal que começa a gastar mais agora. E não parece haver desaceleração do consumo", disse Campos Neto.

Em relação ao mercado de trabalho, o presidente do BC afirmou que, em alguns países, ele está até mais aquecido do que antes da pandemia. No Brasil, os indicadores também têm surpreendido positivamente com desemprego muito baixo. Portanto, não há sinais de queda de **inflação** pelos salários.

O conflito no Oriente Médio, apesar de não ter elevado o preço do petróleo como se esperava, ainda é um ponto de interrogação. Se o Irã, um dos grandes produtores mundiais dessa matéria-prima, entrar no conflito, então o mundo terá um problema de dimensões diferentes do que tem hoje, observou Campos Neto. Não se pode prever isso, mas a incerteza continua no cenário e a **inflação** de energia voltou a subir um pouco. E tem a questão dos alimentos também, lembrou o presidente do BC.

"O mundo entrou agora numa curva de desastres naturais, que está bastante exponencial. Não dá para dizer que o preço de alimentos vai subir, é difícil achar essa relação, mas dá para dizer que vai ser mais volátil, ou seja, vai ter mais flutuação de preço", afirmou.

Campos Neto disse que, com a fragmentação da cadeia global de produção durante a pandemia, os países passaram a buscar uma solução "friendshoring ou nearshoring": ou seja, buscar a produção em "países amigos" e "mais próximos". "Isso é mais custo para as empresas, tirando parte do retorno delas", afirmou Campos Neto no evento.

Ele citou ainda a demanda crescente por recursos para gastos com defesa, mudanças climáticas ou para a indústria como fatores que freiam a desinflação global. Também lembrou que a dívida dos países ricos, especialmente a dos Estados Unidos, cresceu com os gastos de 20% do **PIB** durante a pandemia e terá que ser rolada por um custo mais elevado.

"O aumento da dívida americana e onde ela vai parar é bastante preocupante. Isso significa tirar um monte de liquidez, inclusive para crédito privado, no mundo para rolar essa dívida", afirmou o presidente do Banco Central, lembrando que taxa de juros nos Estados Unidos para pequenas empresas bateu em 10% ao ano, vindo de 3% a 4%.

No caso brasileiro, afirmou Campos Neto, o país tem uma **inflação** que está convergindo para a meta, mas considerando que a **inflação** global está sincronizada, o BC vai observar o pedaço dessa **inflação** que vem de fora. O presidente do Banco Central lembrou que o câmbio tem se comportado bem por aqui e acredita que, mesmo com a queda de juros, não haverá uma

reversão grande nesse movimento.

Fontes de preocupação

Fatores que ainda freiam a queda da **inflação** no mundo, segundo o presidente do BC, Roberto Campos Neto:

Busca por recursos Gastos com defesa, mudanças climáticas e para reconstruir a cadeia global de produção estão em alta em um cenário de liquidez mundial limitada.

Mercado de trabalho

Em muitos países, o desemprego está menor que antes da pandemia, o que reforça a massa salarial. No Brasil, os indicadores de também têm surpreendido positivamente.

Excesso de poupança

Especialistas projetavam que, com o fim da injeção de recursos feita pelos governos durante a pandemia, as pessoas fossem consumir menos. Mas isso não ocorreu. Incerteza das guerras Os conflitos em andamento no mundo impactam especialmente os preços do petróleo e de alimentos. Se a guerra no Oriente Médio escalar, com a entrada do Irã, pode haver impacto no valor do barril. No caso dos alimentos, o impacto das mudanças climáticas traz imprevisibilidade.

"Mundo entrou numa curva de desastres naturais exponencial" Campos Neto

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231121/>